

A ATIVIDADE DISCENTE NA UNIVERSIDADE: CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDANTES E IMPACTOS DA PRODUTIVIDADE ACADÊMICA

Maísa Aparecida de Oliveira – UFSCar

Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes – UFSCar

Agência Financiadora: FAPESP

O presente artigo tem como objeto de investigação a atividade discente na universidade, tendo como foco a análise da caracterização dos universitários e a reflexão sobre a sua produtividade acadêmica. Tal temática aponta a necessidade de repensar a atividade discente na atual conjuntura da universidade e sua função social, bem como a formação do estudante, construída no cotidiano das relações estabelecidas entre aluno e a produtividade acadêmica.

Neste artigo buscamos refletir sobre parte dos dados da pesquisa de mestrado referentes ao perfil dos estudantes universitários e suas atividades, visando compreender os impactos da produtividade acadêmica na formação dos estudantes.

A pesquisa apresenta caráter qualitativo e está sendo realizada em uma Instituição Federal de Ensino Superior. A instituição investigada possui 33 cursos de graduação que são divididos nos Centros de Ciências relacionados às áreas Biológicas, Humanas e Exatas. Os cursos selecionados foram: Biotecnologia, Fisioterapia, Ciências Biológicas e Medicina (relacionados à área Biológica); Engenharia de Materiais, Engenharia Química, Física e Matemática (relacionados à área de Exatas); Pedagogia, Educação Especial, Filosofia e Ciências Sociais (relacionados à área de Humanas).

Para desenvolver a pesquisa foram convidados 40 estudantes de cada centro de ciências, sendo 10 estudantes de cada curso de graduação citado anteriormente. A amostra de participantes foi composta por estudantes matriculados nos dois últimos anos letivos, pois se entende que eles possuem experiência suficiente para tratar a temática proposta, pelo distanciamento temporal do ingresso e pela experiência acadêmica já adquirida. Nesse enredo, os sujeitos foram constituídos de um total de 120 estudantes que aceitaram participar voluntariamente da pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário apresentando-se, neste, questões objetivas e discursivas, recorrendo-se a procedimentos de análise quantitativos e qualitativos, buscando as regularidades e divergências nas opiniões da amostra e, assim, a categorização dos resultados obtidos (TRIVIÑOS, 2011).

Consideramos que a temática proposta possa contribuir para a ampliação das discussões sobre as mudanças que vêm ocorrendo no espaço universitário brasileiro, particularmente no que se refere aos estudantes, uma vez que são poucas as pesquisas realizadas sobre o discente que busquem caracterizá-lo no contexto da atual conjuntura de mudança do capitalismo flexível no Ensino Superior e compreender seu processo de socialização e formação acadêmica.

A universidade e sua função social

As estruturas organizacionais da universidade e as relações de poder por esta instituída tendem a reproduzir as relações da sociedade global. Dessa forma, conhecer a natureza dos espaços e dos conflitos que se materializam nas relações socioeducativas entre os agentes educativos, no cotidiano universitário, possibilita ampla visão do processo educativo que ocorre na universidade, aproximando-se das condições materiais e sociais de existência de seus atores sociais.

Nos dias atuais, a universidade tem sido considerada espaço privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber, buscando identidade própria e adequação à realidade nacional.

O ensino superior se insere no contexto social global determinado pelas ações dos sujeitos que atuam nesses espaços. Consideramos, juntamente com Pimenta (2005) que a universidade deve ser contextualizada e analisada como instituição social, que tem compromissos historicamente definidos. A autora (2005, p. 162) argumenta que a universidade é entendida como “instituição educativa cuja finalidade é o permanente exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão.” Em outras palavras, a universidade tem por função produzir conhecimento a partir da problematização de questões construídas historicamente, aplicadas às demandas apresentadas pela sociedade, com a qual, contudo, a universidade estabelece relação antagônica e complementar. Isto é, ao mesmo tempo que transforma a sociedade, ela a conserva.

Entendemos que no contexto atual, a universidade vem perdendo suas características seculares tornando-se, cada vez mais, instituição administrativa, que atua de acordo com um conjunto de normas, planejamento e êxito. Nesse sentido, Chauí (2001) argumenta que a universidade, como entidade administrativa, descaracterizada de sua função social e autoavaliativa, torna-se instituição que se pauta nas noções de produtividade, estruturada por estratégias de eficácia organizacional. Desse modo, não mais se priorizam a construção do conhecimento e a formação intelectual, visto que o foco da universidade passou a ser a mera

reprodução do conhecimento, bem como a absorção deste, que é aplicado de acordo com as exigências mercadológicas, exigências essas que passam a regular as relações entre seus atores sociais, incidindo em suas motivações, atitudes e expectativas.

A produtividade acadêmica, como política de Estado e de cultura institucional, tem em sua tradução, na esfera filosófica, o pragmatismo, e na esfera econômica, a mercadorização da ciência e da inovação tecnológica. Nesse sentido, a produtividade acadêmica tem se tornado o polo gerador de uma reforma da instituição universitária que tende a colocá-la no reboque do mercado (SGUISSARDI, SILVA JÚNIOR, 2009).

A pauta da produtividade é o que tem interessado a instituição universitária, enquanto sua autonomia é colocada em segundo plano. O Estado se designa à integração das tecnologias e inovações tecnológicas das universidades públicas com inferência financeira através de recursos oriundos do fundo público estatal, mediante os programas de incentivo à pesquisa e desenvolvimento que beneficia as empresas de capital nacional e internacional (SGUISSARDI, SILVA JÚNIOR, 2009).

Embasando-nos em Boito Jr. (1999), podemos afirmar que a necessidade da modernização tecnológica, estabelecida pela política capitalista neoliberal, também influencia na lógica da produtividade acadêmica nas universidades públicas. É a partir da necessidade de modernização tecnológica que se modifica a organização das instituições que fomentam as pesquisas no contexto universitário, acelerando, assim, a geração de pesquisas que atendam às demandas para que ocorra a modernização tecnológica.

No entanto, o Estado não se compromete efetivamente com a quantidade e qualidade da educação, voltando-se aos interesses econômicos e sociopolíticos dominantes (FRIGOTTO, 2001). No ensino superior, o retorno às suas diligências tem sido a privatização crescente da universidade, de um lado, e a busca de criação de centros de excelência, de outro.

No atual contexto capitalista, as políticas públicas têm sido implementadas, articuladas à globalização econômica, reconfigurando as políticas sociais por um processo de mercantilização, aportado na privatização do espaço público. Nesse sentido, a ação do ser social não se dá pela orientação da ética, mas da competitividade. A universidade ocupa lugar estratégico na atualização de seu acordo social e no processo de produção de conhecimento, sobrepondo maior valor aos produtos consumidos no mercado interno ou na exportação (SILVA JR., 2008).

O estudante universitário e a produtividade acadêmica

Outro grupo de reflexões diretamente relacionadas à temática desta pesquisa se refere à discussão sobre os estudantes universitários. Vários estudos (PACHANE, 2003; JOLY, SANTOS, SISTO, 2005; TEIXERA, WOTHICH, OLIVEIRA, 2008) abordam, de diferentes maneiras, o desenvolvimento dos estudantes inseridos no ensino superior, os quais são influenciados pelas experiências que têm enquanto universitários. Os aspectos condicionantes e formativos nesse contexto são as atividades acadêmicas, tais como as aulas, os estágios, as pesquisas, os projetos de extensão, grupos de pertença gerados pelo convívio na universidade, entre outros. No entanto, os impactos que tais atividades acarretam no discente universitário podem apresentar diferentes níveis de desenvolvimento ou de mudança, ainda que vivenciem as mesmas experiências acadêmicas. O acesso e a permanência de estudantes universitários de camadas populares no ensino superior foram pesquisados por Zago (2006), elucidando as políticas de acesso e permanência no sistema de ensino superior brasileiro.

Em pesquisa realizada por Oliveira e Saraiva (2010) as autoras estudaram o ofício da discência na universidade, buscando compreender os processos institucionais e psicossociais envolvidos na construção do ser e do fazer na discência, tendo como espaço de formação e socialização o contexto universitário. Esse estudo analisou a construção do ofício do “ser aluno” no espaço institucional da universidade. Especialmente, mapeou os espaços, as experiências, as dificuldades, as idealizações e agentes constituidores/interlocutores da formação discente. Nesse estudo buscou-se, ainda, identificar os papéis sociais atribuídos à discência pelos alunos oriundos de diversos cursos de graduação, procurando caracterizar as modalidades de relações estabelecidas pelos universitários nos processos de socialização e de formação no cotidiano da vida acadêmica. As autoras concluíram que a discência aparece associada às funções do aprender, do conhecer e do produzir, limitadas pelas demandas curriculares instituídas. O desempenho acadêmico tem como indicador o coeficiente de rendimento que possibilita aos discentes o reconhecimento e prestígio acadêmicos. Assim, ao se instituir nesse contexto interrelacional que promove a individualidade, concorrência e competição entre os estudantes, exige-se, dos mesmos, um desempenho excepcional, aliado à competência e às inovações tecnológicas e acadêmicas.

Outros estudos interpelam a questão da produtividade acadêmica. Oliveira (2004); Silva, Silva Jr. (2011); Sguissardi, Silva Jr. (2008), têm realizado pesquisas que abordam a temática da produtividade acadêmica, objetivando compreender o processo de mercantilização da universidade estatal pública brasileira e de sua identidade institucional, estudando o trabalho e a formação do professor pesquisador das universidades. De forma mais específica, nesta pesquisa destaca-se o trabalho de Silva Jr. (2008), quando analisa, no

contexto universitário, os alunos como *co-produtores* do processo educativo, pois exercem sua condição de participantes do processo, sendo, ao mesmo tempo, objeto do trabalho humano (do professor) e sujeito da ação na formação universitária. Em publicação posterior Silva, Silva Jr. (2011) afirmam que na pós-graduação, em razão do processo de avaliação ser predominantemente externo, os alunos tendem a sair do domínio do professor. Ao passo que os alunos na graduação estão mais atrelados ao controle dos professores sobre o processo de ensino.

Também Bourdieu nos apresenta reflexões relevantes sobre as inter-relações entre o universo simbólico incorporado pelos estudantes universitários e suas condições materiais e sociais de existência. Sob essa ótica, o referido autor considera que as ações dos agentes educativos demandam problematização, no que se refere às inter-relações entre suas construções simbólicas e a conservação de dominação social, fazendo-se necessário analisar suas origens e as classificações sociais. A trajetória escolar é influenciada pelo contexto social no qual o indivíduo está inserido, o que determina o êxito ou o fracasso futuro, além da perspectiva de acesso à universidade.

As condições materiais e sociais de existência na trajetória do indivíduo determinam a acumulação de *capital cultural*. A incorporação do *capital cultural* pelo indivíduo se dá no meio em que vive, nas relações estabelecidas, na *práxis*, isto é, no decorrer da sua trajetória como herança cultural e social (BOURDIEU, 1983).

No processo de incorporação da herança cultural e social, o conceito de *habitus* é postulado por Bourdieu como referência das predisposições duráveis do modo de agir, pensar, viver e portar-se dos indivíduos. O *habitus* é incorporado nas relações estabelecidas socialmente, caracterizadas nas predileções e nas aptidões dos indivíduos, nas maneiras de se portar e falar, nas pretensões de futuro profissional (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002).

Ressalta-se que sobreposições do *habitus* podem ocorrer como consequência da inserção do indivíduo no decorrer de sua trajetória em contextos histórico-cultural diferenciados. O *habitus* adquirido pelo indivíduo norteia suas ações determinando as escolhas e atitudes no desenvolvimento da formação pessoal e profissional.

A pressuposta neutralidade outorgada à escola ultrapassa seu valor idealizado e agregado. Assim, a origem social e cultural do indivíduo é o princípio esclarecedor instituído nos espaços sociais das trajetórias escolares, ações, saberes, relações e hierarquias designadas.

Bourdieu considera ainda que a universidade é o principal instrumento de (re) produção das classes médias e superiores. Acrescenta que a preponderância na instituição educativa é exercida por meio de uma violência simbólica, partilhada inconscientemente entre

dominador e dominado, determinada pelos esquemas práticos do *habitus* (BOURDIEU, 2002).

Em face das considerações apresentadas, no que se refere às funções atribuídas à universidade e à sua relação com a sociedade e seus agentes, considera-se importante a discussão dos impactos do capitalismo flexível na instituição educativa de ensino superior, particularmente a questão de como a produtividade, no contexto universitário, atua sobre o desenvolvimento da formação acadêmica do discente. Nesse sentido, a formação do discente universitário é construída no cotidiano das relações estabelecidas entre aluno e a produtividade e a dimensão mercadológica da atividade científica.

Nesse sentido, tais considerações apontaram para a necessidade de se repensar a discência no contexto das reflexões atuais sobre a universidade e suas funções. Funções essas que não se limitam à dimensão acadêmica e tecnológica, mas também social, cultural e política.

Caracterização, socialização e produtividade acadêmica dos estudantes

O questionário utilizado para a coleta das informações sobre os estudantes foi composto por questões referentes aos *dados pessoais*, tais como nacionalidade, sexo, idade e estado civil; *socioeconômicos*, indagando o nível de escolaridade dos pais, a renda familiar e a renda do participante; *trajetória de escolarização*: a escola frequentada nos ensinos fundamental e médio (se particular ou pública), modalidade de ensino médio cursado, se usufruiu de Ações afirmativas para ingressar ao ensino superior, se integrou algum grupo informal de estudantes na universidade (Bateria, Esportes, Religiosos), ou Diretório Acadêmico (DCE, CA, Atlético), se participou de Iniciação Científica, de Projeto de Extensão e de Eventos Científicos. Perguntou-se, ainda, sobre a *produtividade acadêmica*, se o aluno teve alguma publicação, o tempo médio gasto para a construção de cada trabalho científico, se o participante considera que poderia ter mais publicações, como avalia sua produção acadêmica e, por fim, se participou de estágios curriculares e/ou extracurriculares.

O perfil dos estudantes investigados apresenta a média das idades compreendida em 23,08 anos. Este dado é confirmado pela investigação de Cardoso e Sampaio (1994) na qual, considerando os mesmos períodos letivos da presente investigação, obtiveram a média das idades dos estudantes universitários de 23,6 anos.

Quanto aos dados relativos ao sexo, 57,5% dos estudantes se declaram do sexo feminino e 42,5% do sexo masculino. Os dados são confirmados pela pesquisa realizada por

Guedes (2008) que revela um aumento expressivo de mulheres cursando o ensino superior, superando a presença masculina neste nível de ensino. Os estudantes, em sua maioria, são solteiros. Em relação à nacionalidade, verificou-se que apenas um estudante se declarou japonês, sendo os demais brasileiros.

A perspectiva do futuro escolar do estudante é construída socialmente submetida às condições materiais e sociais de existência (BOURDIEU, 1983). As predisposições de incorporação do *habitus* têm como referência a herança dos capitais cultural e social. Assim, a escolarização dos pais, como detentores da herança cultural e social transmitida aos filhos, influencia na aspiração dos níveis de ensino auferidos pelos mesmos.

Nesse sentido, ao serem questionados sobre a escolaridade dos pais e mães os estudantes responderam que 5,8% dos pais possuem Pós-Graduação, 40,7% possuem Ensino Superior Incompleto/Completo, 24,1% possuem Ensino Médio Incompleto/Completo, 21,6% possuem Ensino Fundamental Incompleto/Completo e 0,83% é Analfabeto. Especificamente, observa-se que só há pais analfabetos no Centro de Ciências, relacionado à área de Humanas e essa unidade acadêmica possui o menor número de pais com ensino superior completo.

Em relação à escolaridade das mães, constatamos que 6,8% das mães possuem Pós-Graduação, 43% possuem Ensino Superior Incompleto/Completo, 33,5% possuem Ensino Médio Incompleto/Completo, 15,5% possuem Ensino Fundamental Incompleto/Completo e 0,86% declarou que a mãe é Analfabeta.

Os pais detentores de diplomas universitários, segundo Dubar (2005), têm maiores perspectivas de que os filhos obtenham diplomas de ensino superior, considerando o elevado volume de capital cultural dos pais graduados, investidos nos filhos. Os dados desta pesquisa indicam que 46,5% dos pais e 49,8% das mães dos estudantes são detentores de altos níveis de escolarização (ensino superior e pós-graduação), incidindo, como capital cultural, na perspectiva escolar dos estudantes para o ensino superior.

Questionados sobre a renda familiar, observamos que as menores rendas familiares dos estudantes se concentram no grupo de alunos do Centro de Ciências relacionado à área de Humanas, em que 17,9% dos estudantes revelaram possuir renda familiar de até dois salários mínimos e 43,5% afirmaram que a renda familiar se concentra entre 3 e 5 salários mínimos. Ao passo que as maiores rendas familiares foram declaradas por 19,4% estudantes do Centro de Ciências relacionado à área de Exatas com remunerações acima de 15 salários mínimos.

Os estudantes que declararam, em maior número, não possuírem renda própria estão no Centro de Ciências, relacionado à área Biológica, contando-se 58,97% dos estudantes. Referindo-se aos estudantes que possuem renda própria com vínculo empregatício, destaca-se

o Centro de Ciências relacionado à área de Humanas com 20% dos participantes. Os estudantes de famílias de baixa renda necessitam subsidiar os estudos e, em poucos casos, como constatou Zago (2006), é possível obter ajuda familiar para tal. Os Centros de Ciências relacionados às áreas Humanas, Exatas e Biológicas se equiparam no que se referem à renda própria sem vínculo empregatício discriminados nas atividades acadêmicas, tais como as bolsas de iniciação à docência, pesquisa, extensão ou estágios. Assim, o vínculo a esses projetos que disponibilizam bolsas pode ser analisado como constituidor da formação do estudante, como também fonte de auxílio/manutenção de renda.

As famílias cujos estratos sociais são desfavorecidos se esforçam para investirem mais no ensino do que as famílias de estratos sociais elevados, segundo a pesquisa realizada por Cabrito (2004). Essa análise se confirma ao se comparar a renda familiar dos estudantes do Centro de Ciências relacionado à área de Humanas junto ao número de estudantes desta unidade acadêmica que trabalham com vínculo empregatício, em que encontramos 61,53% dos estudantes com rendas familiares mensais de até cinco salários mínimos e 20% dos estudantes com vínculo empregatício.

Ao responderem sobre o tipo de instituição frequentada, em maior parte, nos ensinos fundamental e médio os 50% dos estudantes afirmaram que cursaram, em maior parte, o ensino fundamental público e os outros 50% o ensino privado. Já no ensino médio, 41,6% frequentaram o ensino público e 58,3% dos participantes frequentaram escolas privadas.

Referindo-se à modalidade de ensino, 94,1% dos estudantes declararam ter frequentado o curso propedêutico. No que se refere às Ações Afirmativas para o ingresso ao ensino superior, 23,3% dos estudantes usufruíram de algum tipo de Ação Afirmativa, ao passo que 76,6% dos participantes afirmaram não terem usufruído deste benefício. O Centro de Ciências relacionado à área de Humanas concentra o maior número de alunos que se utilizou de Ações Afirmativas (52,5% dos estudantes), ao passo que a unidade acadêmica que menos utilizou de políticas de Ações Afirmativas foi o Centro de Ciências, relacionado à área Biológica (47,5% dos participantes).

Os estudantes foram questionados sobre a participação em grupos formais e informais pertencentes à universidade pesquisada, a fim de se conhecer as sobreposições do *habitus* e produção do capital cultural construído na universidade. Os estudantes que afirmaram não terem participado de grupos informais, como os grupos religiosos, esportivos, musicais, entre outros, representam 65,8%. Questionados também sobre a participação em Diretórios Acadêmicos, tais como o Diretório Central dos Estudantes (DCE), o Centro Acadêmico (CA), entre outros, 87,2% afirmaram não participar de Diretórios Acadêmicos.

No que se refere à participação em Eventos Científicos, os dados indicam que a média de participação dos estudantes é de 3,4 participações, sendo a maior média a do Curso de Medicina com 10,2 participações em eventos científicos por estudante.

O *habitus* se constitui a partir das condições materiais de existência dos atores sociais, sendo compreendidos como sujeitos sócio-históricos cuja construção e possibilidade de ação são determinadas no espaço institucional de formação. Para Nogueira; Nogueira (2006) “a produção simbólica de um indivíduo ou grupo está subordinada, ou mesmo determinada pelas suas condições materiais de existência” (p.45). O *habitus* adquirido pelo indivíduo interfere diretamente em suas ações no *campo*.

O processo de socialização do estudante no contexto universitário atua de maneira similar às instituições sociais, acontecendo

[...] segundo uma relação dinâmica criada pelo conjunto de seus integrantes, recursos e trajetórias particulares, sobretudo porque a articulação das propostas de socialização de cada uma dessas instituições é atribuição dos sujeitos, variando segundo a origem social [...] segundo as expectativas de reprodução dos grupos, segundo as experiências individuais deles. (SETTON, 2009, p. 306).

Assim, o envolvimento dos alunos nos diversos grupos instituídos na universidade traduz a trajetória do estudante, no que se refere às expectativas trazidas pelo capital cultural construído durante a vida do mesmo. As condições sociais de existência (origem social) produzem as expectativas no estudante. Quando o estudante participa ou não de um determinado grupo há uma trajetória sendo construída e/ou legitimada; “a socialização produz o pertencimento de classe dos indivíduos reproduzindo a classe como grupo que partilha o mesmo *habitus*” (DUBAR, 2005, p.85).

A socialização na universidade é produzida a partir do que o estudante traz consigo e, ao mesmo tempo, é produtora da formação profissional do mesmo. Os dados desta pesquisa revelam o baixo índice de participação em grupos universitários caracterizados como formais e informais. De certa maneira, os estudantes estão abdicando as relações que poderiam ser estabelecidas nesses grupos, tais como as relações de amizade, militância, afeto, desenvolvimento de competências, entre outras. Este fato sinaliza uma possível ampliação do individualismo que está fundamentada na competição no campo universitário numa disputa de posição que este agente ocupa nas hierarquias instituídas.

Nas posições assumidas pelos sujeitos nos espaços sociais, o conceito de *campo* traz a compreensão de *certos espaços* de disposições sociais, nos quais determinado tipo de bem é produzido, consumido e classificado. O conceito representa, ainda, o espaço social de dominação e de conflitos, tendo cada um sua autonomia e sendo detentor de suas próprias

regras de organização e hierarquia social. A fim de que um *campo* tenha êxito, faz-se necessário a existência de elementos e pessoas aptas na disputa do jogo, detentoras de *habitus* que reconheça e considere as regras inerentes ao jogo e os objetos de disputas (BOURDIEU, 1983).

Em relação à participação dos estudantes pesquisados em Iniciações Científicas e Projetos de Extensão tem-se, particularmente, que a maioria dos pesquisados no Curso de Filosofia declararam não terem participado de Iniciação Científica e de Projeto de Extensão, enquanto os estudantes do Centro de Ciências relacionado à área de Exatas foram os que mais participaram de Iniciações Científicas.

Segundo o Relatório Anual de Atividades da instituição pesquisada, 781 alunos estiveram envolvidos com Iniciação Científica (IC) em 2009, o que representa 10,09% do universo de estudantes matriculados naquele ano. Ressalta-se que a amostra de participantes envolvem todos os alunos da instituição, desde os ingressantes aos que estavam se formando. Na presente pesquisa, 57,9% dos alunos se envolveram com a Iniciação Científica, entretanto a amostra inclui estudantes matriculados nos dois últimos anos letivos, o que aumenta a possibilidade do aluno já ter realizado IC. Em relação à participação em Projetos de Extensão, o mesmo Relatório de Atividades afirmou que 785 estudantes participaram desta atividade, o que corresponde a 10,1% dos estudantes matriculados. Em nossa pesquisa, os dados indicam que 32,4% dos estudantes investigados participaram de Projetos de Extensão.

Os estudantes foram também interpelados sobre a realização de estágios curriculares e extracurriculares, sendo que 57,2% dos participantes não realizaram estágios curriculares e 72,8% não fizeram estágio extracurricular. Os estágios permitem que o aluno desenvolva competências gerais fundamentais para a atuação nas diferentes circunstâncias da atividade profissional, o que torna a prática do estágio de suma importância para a formação do estudante (BENITO *et al.*, 2012).

Sobre a publicação de trabalhos científicos e a quantidade de trabalhos que foram publicados, constatamos que 72,5% dos estudantes não possuem trabalhos científicos publicados.

Quando os alunos foram questionados se poderiam ter tido mais publicações, 61,44% dos estudantes afirmaram que poderiam, sim, ter mais publicações. Os motivos assinalados perpassaram às questões de falta de tempo, falta de estrutura oferecida pela instituição de ensino, falta de interesse do aluno, dificuldade de escrever trabalhos científicos, dificuldade de realizar a pesquisa na área pretendida, mau planejamento; por fim, referiram-se aos dados

que ainda serão publicados, uma vez que pesquisas se iniciaram recentemente e ressaltaram a importância dessa atividade para a formação acadêmica.

Os participantes da pesquisa avaliaram suas produções acadêmicas em *positiva*, *negativa* ou *em parte*. 57,4% dos estudantes consideraram suas produções acadêmicas positivas, 10,8% avaliaram de maneira negativa e 31,6% estudantes avaliaram como em parte. Questionados sobre o motivo das avaliações *negativas* e *em parte* realizadas, os estudantes disseram que poderiam ter se dedicado mais, faltou incentivo da universidade, falta de aplicação da pesquisa, falta de oportunidade e interesse, falta de opção no curso de graduação, má vontade de alguns professores, falta de planejamento das atividades. Já para as avaliações consideradas positivas, os estudantes afirmaram que esta se deu porque se dedicaram de maneira suficiente à universidade, pelo grande aprendizado que obtiveram, pelo auxílio dos bons professores e tutores, pela realização no curso e na área de pesquisa, pela formatura no tempo previsto, pelo bom desempenho acadêmico, pela abertura de oportunidades no exterior e, por fim, pela relevância acadêmica e social proporcionada pela pesquisa.

O levantamento bibliográfico sobre a atividade de Iniciação Científica (IC) no Brasil realizado por Massi e Queiroz (2010) aponta a IC como atividade de formação do universitário, evidenciando que o aluno que faz a IC tem melhor aproveitamento no curso de graduação e é mais valorizado. Em outras palavras, caracterizando algumas particularidades do desenvolvimento da produção acadêmica do aluno, autenticando as avaliações positivas dos alunos questionados neste trabalho, encontra-se a socialização profissional, a nova visão da ciência, desenvolvimento pessoal e melhor desempenho na graduação.

A sociabilidade tem como seu princípio gerador a *atividade*, pois enxerga nela o próprio processo de produção do homem, como um interminável processo de mudança do ambiente natural e humano e a contínua criação de interposições postas no processo de atividade (FREDERICO, 2009). Entendemos, portanto, a *atividade* discente como “trabalho, o meio pelo qual, se realiza a autoprodução do homem no interior da alienação” (FREDERICO, 2009, p.172). Apropriamo-nos do conceito de *alienação* (MARX, 1989) como a inobservância ao resultado das ações no processo de atividade discente, relacionando-se ao produto desse processo com estranhamento. A *alienação* não se manifesta somente no resultado, mas também no interior do processo de produção da atividade do estudante universitário.

Os dados obtidos pelo questionário nos permitem inferir que a atividade discente compreende a frequência às aulas e cumprimento de suas demandas, a participação em eventos científicos, inserção nos programas de iniciação científica e projetos de extensão,

envolvimento nos grupos formais e informais da universidade, realização de estágios curriculares e extracurriculares.

Nesse enredo, é possível identificar quais as atividades de maior predominância no decurso discente: 62,5% dos estudantes participaram de eventos científicos, 57,9% participaram de programas de Iniciação Científica, 42,8% fizeram estágios curriculares, 34,1% participaram de grupos informais (maior parte em grupos esportivos), 32,4% dos estudantes se envolveram em Projetos de Extensão, 27,8% fizeram estágios extracurriculares e 12,7% participaram de diretórios acadêmicos.

É claro o maior índice de participação dos estudantes em eventos científicos e em programas de iniciação científica, o que corrobora a concepção de que a universidade tem valorizado a pesquisa em detrimento das outras atividades acadêmicas. A intensificação da pesquisa na universidade se justifica na lógica do mercado atuando como ferramenta benéfica na atividade produtiva de desenvolvimento científico da universidade numa política pragmática e materialista de adequar a educação superior ao mercado (CATANI, DOURADO e OLIVEIRA, 2001). As regras e as normas do mercado são impostas sobre a educação e constata-se que a pauta da produtividade é o que tem interessado a instituição universitária, enquanto sua autonomia é colocada em segundo plano. O Estado absorve tecnologias e inovações tecnológicas das próprias universidades públicas com inferência financeira através de recursos oriundos do fundo público estatal, mediante programas de incentivo à pesquisa e desenvolvimento que beneficiam as empresas de capital nacional e internacional (SGUISSARDI, SILVA JÚNIOR, 2009).

A expectativa dos governos e sociedade civil é de que a universidade forme profissionais altamente capacitados, aptos a atuarem no mercado de trabalho de maneira competitiva, eficaz e rápida. Os governos e empresários esperam que a universidade devolva à sociedade pessoas preparadas para acompanhar as necessidades e mudanças do mercado de trabalho e a necessidade da economia de maneira eficiente (CABRITO, 2004).

Concomitantemente, a formação do estudante universitário é construída nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Se há maior ênfase em um dos pilares, o tripé se sustenta de maneira desigual, causando um impacto diferenciado na formação do estudante. Assim, tendo maior sustentação nas atividades de pesquisa científica, a formação do estudante se constituirá na carreira de pesquisador, exonerando a universidade de seu compromisso social.

A participação dos estudantes nas atividades relacionadas à pesquisa científica pode, ainda, ser analisada, bem como considerou Silva Jr. (2008), como *co-produtores* das inovações científicas produzidas na universidade. Os alunos geram inovações tecnológicas e,

inseridos na universidade enquanto receptores, tornam-se – contraditoriamente – altamente lucrativos para o mercado por gerar inovações técnico-científicas sob baixo custo. Em outras palavras, o aluno se torna mão de obra qualificada e barata para a produção científica.

Considerações Finais

Em síntese, podemos afirmar que o presente estudo revela importantes discussões sobre a problemática institucional abarcada pela universidade.

O estudante exerce diversas atividades, construindo ao longo do percurso da graduação sua formação acadêmica e, conseqüentemente, sua carreira profissional. O compromisso social da universidade se caracteriza pela formação de profissionais aptos a desenvolverem (variadas) atividades profissionais qualificadas. A formação integral do estudante deve ser construída socialmente no contexto universitário e resulta da interação estudante-universidade, compreendida nos diversos espaços oportunizados pela instituição educativa de ensino superior.

A socialização dos estudantes universitários se dá na incorporação duradoura do *habitus* como uma *impregnação* de maneiras subjetivas procedentes dos grupos de pertença. A essência do grupo a que pertence o estudante pode ser manifestada de maneira distinta e adaptada às situações inesperadas (DUBAR, 2005).

Constatamos que a formação social, cultural e política do estudante universitário estão deficitárias, considerando a baixa inserção nos grupos formais e informais, além do pequeno índice de realização de estágios curriculares e extracurriculares. A ênfase atribuída às atividades de pesquisa científica compõe a formação do estudante à carreira de pesquisador, destituindo a universidade de seu compromisso social de formar integralmente no ensino, na pesquisa e na extensão. A mão de obra do estudante universitário é qualificada e de baixo custo para as empresas de capital nacional e internacional, podendo-se afirmar que a formação acadêmica do estudante, produzida na universidade, visa proporcionar condições técnicas relacionadas com a estrutura econômica da sociedade capitalista neoliberal.

Referências

BENITO, G. A. V. et al. Desenvolvimento de competências gerais durante o estágio supervisionado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 65, p. 172-178, 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000100025&nrm=iso>. Acesso em: 02/04/2013.

BOITO JR. A. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. Campinas: Xamã, 1999.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CABRITO, B. G. O financiamento do ensino superior em Portugal: entre o Estado e o mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, out. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000300016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04/03/2013.

CARDOSO, R. C. L.; SAMPAIO, H. Estudantes universitários e o trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1994. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_03.htm. Acesso em: 25/02/2013.

CATANI, A. M.; DOURADO, L. F. e OLIVEIRA, J. F. de. Natureza jurídica, organização acadêmica e gestão universitária. In: SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. (org). **Educação Superior: análises e perspectivas de pesquisa**. São Paulo: Xamã, 2001. p. 69-80.

CHAUI, M. de S. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

DUBAR, C. A socialização como incorporação dos habitus. In: **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 77-95.

FREDERICO, C. **O jovem Marx: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico social e capitalista**. São Paulo: Cortez, 6 ed. 2001.

GUEDES, M. de C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702008000500006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25/03/2013.

JOLY, M. C. R. A.; SANTOS, A. A. A.; SISTO, F. F. (Orgs.) **Questões do cotidiano universitário**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

MARX, K. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1989.

MASSI, L.; QUEIROZ, S. L. Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n.139, Abril de 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25/02/2013.

MERCURI, E.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs) **Estudantes universitários: características e experiências de formação**. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n.78, Abr. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04/04/2012.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. **Bourdieu & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1127-1144, Set./Dez. 2004.

OLIVEIRA, M. A.; SARAIVA, A. C. L. C. **O Ofício da Discência nas Representações Sociais de Estudantes Universitários**. Relatório de Pesquisa. Viçosa, MG: FAPEMG, 2010.

PACHANE, G. G. A experiência universitária e sua contribuição ao desenvolvimento pessoal do aluno. In: MERCURI, E., POLYDORO, S. A. J. (Orgs.) **Estudantes Universitários: Características e experiências de formação**. Taubaté, Cabral Editora e Livro Universitário, 2003.

PIMENTA, S. G. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2005.

SETTON, M. da G. J. A socialização como fato social total: notas introdutórias sobre a teoria do habitus. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n. 41, ago.2009.

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782009000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27/03/2013.

SGUISSARDI, V.; SILVA JÚNIOR, J. dos R. **Trabalho intensificado nas federais: Pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

SILVA, E. P. e SILVA JUNIOR, J. R. Da avaliação heterônoma da pós-graduação à desumanização das relações de trabalho na instituição universitária pública. In: ROTHEN, J. C.; BARREYRO, G. B. (Orgs.). **Avaliação da educação: diferentes abordagens críticas**. São Paulo: Xamã, 2011. p. 55-73.

SILVA JUNIOR, J. R. Instituição escolar e trabalho docente. In: RODRIGUES, M. V.; ALMEIDA, M. de L. P. [et al.]. **Políticas educacionais e formação de professores em tempos de globalização**. Brasília: Liber Livro Editora, UCDB, 2008.

TEIXEIRA, M. A. P.; DIAS, A. C. G.; WOTHICH, S. H.; OLIVEIRA, A. M. Adaptação à universidade em jovens calouros. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 185-202, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1 ed. 20. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, ago. 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 27/03/2013.